



FUNDAÇÃO DE APOIO AO CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO – FUNDAÇÃO CAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONSELHO CURADOR PARA ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA (TRIÊNIO 2025–2028)

O **CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO CAS**, com sede à Rua Guilherme Pinto, nº. 155, Graças, Recife/PE, CEP: 52.011-210, **no exercício das competências que lhe são atribuídas pelos arts. 14, 19, 23 e 24 do Estatuto da Entidade**, observadas as disposições contidas na **Resolução nº. 300, de 24 de setembro de 2024, do Conselho Nacional do Ministério Público, RES-PGJ nº 008/2010 e Portaria de instauração nº 030/2025 da 10ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital** e demais normas aplicáveis ao regime jurídico das fundações de direito privado, **torna pública a abertura do processo eleitoral destinado à recomposição da Diretoria Executiva da Fundação CAS**, para o mandato compreendido entre os anos de **2025 a 2028**, nos termos deste edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O presente edital regulamenta o processo de eleição da Diretoria Executiva da Fundação de Apoio ao Centro de Assistência Social da Polícia Militar de Pernambuco – FUNDAÇÃO CAS, para o triênio 2025–2028, nos termos dos arts. 14, 19, 23 a 28 do Estatuto da Entidade, em consonância com a Resolução nº 300, de 24 de setembro de 2024, do Conselho Nacional do Ministério Público, RES-PGJ nº 008/2010 e Portaria de instauração nº 030/2025 da 10ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital e demais normas aplicáveis.
- 1.2. Este processo observará os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência, transparência, isonomia, responsabilidade institucional e boa governança.



- 1.3. A candidatura implica aceitação integral das normas deste edital, do Estatuto da Fundação CAS e da legislação correlata, não podendo o(a) interessado(a) alegar desconhecimento.
- 1.4. O processo eleitoral é de competência exclusiva do Conselho Curador, nos termos do art. 19, inciso VIII, do Estatuto da Fundação, cabendo a este órgão a condução integral dos atos de convocação, análise de candidaturas, votação e proclamação do resultado, observado o quórum estatutário.
- 1.5. Os mandatos terão duração de **03 (três) anos**, permitida **uma única recondução sucessiva**, conforme o art. 23 e seu parágrafo único do Estatuto.
- 1.6. O resultado da eleição será submetido à aprovação do Ministério Público do Estado de Pernambuco, nos termos do art. 66 do Código Civil e da RES-PGJ nº 008/2010, no exercício do poder de velamento das fundações privadas com finalidade pública, como condição de validade e eficácia para registro cartorário e investidura nos cargos.
- 1.7. A apresentação da candidatura implicará o conhecimento e a aceitação plena das normas dispostas neste Edital, no Estatuto da FUNDAÇÃO CAS e na legislação vigente, não podendo o(a) interessado(a) alegar, em qualquer hipótese, desconhecimento.

2. DOS CARGOS EM DISPUTA

- 2.1. O processo eleitoral tem por finalidade o provimento dos seguintes cargos que compõem a Diretoria Executiva da Fundação CAS:
 - 2.1.1. Diretor Presidente;
 - 2.1.2. Diretor Vice-Presidente;
 - 2.1.3. Diretor Administrativo;
 - 2.1.4. Diretor Financeiro.
- 2.2. O exercício das funções observará as atribuições descritas nos arts. 24 a 28 do Estatuto da FUNDAÇÃO CAS, com dedicação compatível com a natureza executiva, institucional e exclusiva dos cargos.



3. DA REMUNERAÇÃO DOS CARGOS

- 3.1. Nos termos do art. 36 do Estatuto da Fundação CAS, os cargos da Diretoria Executiva poderão ser remunerados por meio de pró-labore, observados os limites máximos abaixo estabelecidos:
- 3.1.1. Diretor Presidente: até 8,6 (oito vírgula seis) salários-mínimos vigentes;
- 3.1.2. Diretor Vice-Presidente: até 7,6 (sete vírgula seis) salários-mínimos vigentes;
- 3.1.3. Diretor Administrativo: até 6,6 (seis vírgula seis) salários-mínimos vigentes;
- 3.1.4. Diretor Financeiro: até 6,6 (seis vírgula seis) salários-mínimos vigentes.
- 3.2. O pagamento de pró-labore está condicionado à observância dos critérios de dedicação exclusiva, integralidade das atribuições e conformidade com os preceitos estatutários, bem como à deliberação e aprovação formal pelo Conselho Curador.
- 3.3. Aos diretores remunerados será facultado o recebimento de auxílio alimentação ou vale refeição correspondente ao mês efetivamente trabalhado, conforme deliberado em ata do Conselho Curador e respeitados os limites orçamentários da Fundação CAS.

4. DOS REQUISITOS PARA CANDIDATURA

- 4.1. Poderão se candidatar os(as) interessados(as) que atenderem, cumulativamente, aos seguintes requisitos:
- I. Ter exercido, por no mínimo **06 (seis) meses consecutivos**, função dos atuais integrantes do Conselho Curador e/ou Conselho Fiscal, dos atuais Conselho Administrativo Temporário e de eventuais ex-Conselheiros do Conselho Curador ou Fiscal da FUNDAÇÃO CAS, conforme **PORTARIA DE INSTAURAÇÃO Nº 030/2025, de 03/04/2025 da 10ª PROMOTORIA DE**



JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL DE PERNAMBUCO.

- II. Não possuir vínculo com agremiações político-partidárias, nem integrar órgãos de direção de outras fundações públicas ou privadas;
 - III. Apresentar **currículo resumido**, com a identificação completa, breve histórico institucional e indicação expressa do cargo pretendido;
 - IV. Firmar **declaração de disponibilidade**, comprometendo-se com a dedicação compatível com as atribuições previstas no Estatuto.
- 4.2. A candidatura será de forma individual, correspondendo aos cargos relacionados no item 2.1.

5. DO PRAZO E DA FORMA DE INSCRIÇÃO

- 5.1. As candidaturas deverão ser formalizadas **no prazo 3 (três) dias úteis** contadas a partir da data de publicação deste edital.
- 5.2. A inscrição será realizada mediante entrega do currículo e documentos comprobatórios:
- I. **Presencialmente**, na sede da FUNDAÇÃO CAS: Rua Guilherme Pinto, nº. 155 – Graças – Recife/PE;
 - II. **Ou via e-mail institucional**, conforme endereço eletrônico: secretariaexecutiva@fundacaocas.com.br, a ser enviado com o seguinte título: “Eleições da Diretoria Executiva da Fundação CAS 2025”.
 - III. Contato para dúvidas: Secretaria Executiva: (81) 99596-0405 (whatsapp).

6. DO PROCESSO ELEITORAL

- 6.1. A eleição será realizada em reunião extraordinária do Conselho Curador, convocada especificamente para esse fim.



- 6.2. A votação ocorrerá por cédula secreta, conforme deliberação do colegiado.
- 6.3. Será considerado eleito o(a) candidato(a) que obtiver o mínimo de **06 (seis) votos favoráveis dos conselheiros**, nos termos estatutários.
- 6.4. O resultado será registrado em **ata circunstanciada**, a ser remetida à Promotoria de Justiça das Fundações para homologação, conforme art. 30 da Resolução CNMP nº. 300/2024, e posterior registro cartorário.
- 6.5. Compete ao Conselho curador:
 - I. Zelar pela idoneidade das inscrições dos candidatos.
 - II. Processar e julgar as eventuais impugnações às candidaturas.

7. DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

- 7.1. **Da desistência:** Desistências de candidaturas serão admitidas até **24 (vinte e quatro) horas** antes da reunião eleitoral, mediante comunicação formal dirigida ao Presidente do Conselho Curador.
- 7.2. **Da impugnação de candidatura:** Eventuais impugnações às candidaturas deverão ser apresentadas ao Conselho Curador, devidamente fundamentadas, no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas** após o encerramento do período de inscrições.

8. DA VACÂNCIA E DOS CASOS OMISSOS

- 8.1. Caso, após a eleição convocada por este edital, não sejam preenchidos todos os cargos da Diretoria Executiva, será deflagrado, pelo Conselho Curador, novo processo seletivo para provimento das vagas remanescentes, com base na cláusula estatutária de casos omissos.
- 8.2. O chamamento suplementar será divulgado oficialmente por meio de nota institucional publicada no Boletim Geral da Polícia Militar do Estado de Pernambuco (BG-PMPE), com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da abertura das inscrições.
- 8.3. Esse novo chamamento observará o mesmo rito eleitoral previsto neste edital, inclusive quanto aos requisitos de elegibilidade, etapas, prazos,



inscrição, impugnação, forma de votação e posse dos eleitos, aplicando-se, no que couber, todas as disposições aqui estabelecidas.

- 8.4. Os demais casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Curador, observando-se o Estatuto da FUNDAÇÃO CAS e, supletivamente, as normas legais e regulamentares aplicáveis às fundações privadas supervisionadas pelo Ministério Público.

9. DO CRONOGRAMA ELEITORAL

- 9.1. Com o objetivo de garantir previsibilidade, transparência e organização ao processo eleitoral, apresenta-se abaixo o cronograma com todas as etapas relevantes, definidas conforme os prazos estabelecidos neste edital e a data designada para a realização da eleição.
- 9.2. Os marcos temporais foram fixados de modo a assegurar o pleno cumprimento das normas estatutárias e dos princípios de governança fundacional:

Etapas	Descrição	Data
1	Publicação oficial do Edital de Convocação https://www.pm.pe.gov.br/boletim-geral/ e canais oficiais da Fundação CAS (site e Instagram)	09/04/2025
2	Abertura do prazo para inscrição de candidaturas	09/04/2025
3	Encerramento das inscrições	14/04/2025 as 14h
4	Publicação e divulgação no Boletim Geral da PMPE dos candidatos para eventual impugnação https://www.pm.pe.gov.br/boletim-geral/ e canais oficiais da Fundação CAS (site e Instagram)	15/04/2025
5	Prazo final para impugnação de candidaturas	17/04/2025



6	Prazo final para desistência de candidaturas	17/04/2025
7	Realização da eleição pelo Conselho Curador	22/04/2025
8	Lavratura da ata e envio à Promotoria de Fundações	23/04/2025
9	Posse e divulgação dos eleitos https://www.pm.pe.gov.br/boletim-geral/ e canais oficiais da Fundação CAS (site e instagram)	07/05/2025, condicionada à conclusão dos trâmites ministeriais e registral

10. DA POSSE

- 10.1. A investidura nos cargos da Diretoria Executiva dar-se-á mediante a assinatura do termo de posse, a ser lavrado no livro de atas das reuniões do Conselho Curador, em ato formal e presencial.
- 10.2. A posse somente será considerada efetiva após a lavratura da ata de eleição, sua aprovação pelo Ministério Público e o subsequente registro no cartório competente. Esse rito é essencial à validade da investidura, visando assegurar a regularidade da gestão fundacional e a transparência junto a órgãos de controle, terceiros e demais interessados.
- 10.3. A assinatura do termo de posse é ato unilateral de aceitação pelo(a) administrador(a) eleito(a), cabendo-lhe apenas eventual renúncia formal como meio de desligamento da função.
- 10.4. A data prevista para a posse, condicionada à aprovação ministerial e ao registro cartorário, é 07 de maio de 2025 (quarta-feira).

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 11.1. A posse dos eleitos ocorrerá após a conclusão dos trâmites ministeriais e registrários.
- 11.2. O mandato da Diretoria Executiva será de **03 (três) anos**, permitida **uma única recondução**, conforme previsão do art. 23 do Estatuto.



- 11.3. Os casos omissos ou supervenientes serão resolvidos pelo Conselho Curador, com fundamento no Estatuto da Fundação e nas normas legais pertinentes.
- 11.4. O presente edital será amplamente divulgado nos canais oficiais da FUNDAÇÃO CAS, BG (Boletim Geral da PMPE) e arquivado junto à Promotoria de Justiça competente para fins de controle e fiscalização.
- 11.5. Este edital tem força normativa interna e obriga todos os membros do Conselho Curador e eventuais candidatos, integrando o processo institucional de governança da FUNDAÇÃO CAS.

Recife/PE, 08 de abril de 2025.

AIDA DE BARROS CAVALCANTI

Vice Presidente do Conselho Curador

Fundação de Apoio ao Centro de Assistência Social da Polícia Militar de
Pernambuco – FUNDAÇÃO CAS